

# Representações da violência na fronteira: um estudo a partir de municípios da Grande Dourados, MS

*André Luiz Faisting<sup>1</sup>*

*Wender Milani Viegas Carbonari<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como principal objetivo compreender as diferentes representações sociais da violência, da segurança e da fronteira na região da Grande Dourados, localizada no sul de Mato Grosso do Sul. Pretende compreender, via representações sociais da violência, a articulação dos problemas característicos da fronteira às políticas públicas pensadas e desenvolvidas nessa região. A pesquisa está sendo realizada em dez municípios por meio de entrevistas com diferentes agentes que atuam nessa região, e tem constatado que, embora a violência se constitua numa realidade que atinge a sociedade como um todo, na região da Grande Dourados há uma especificidade marcada pela relação diferença/identidade em suas múltiplas conexões com as representações sociais da violência.

**Palavras-chave:** Fronteiras; violência; representações sociais; Grande Dourados.

## Representations of violence on the frontier: a study from the municipalities of Grande Dourados region

**Abstract:** The article presents part of the results of a research in development which has the objective to understand the variety of social representation of violence, security and frontier in the region of Grande Dourados, located in the south of Mato Grosso do Sul. It aims to understand, through the social representations of violence, the articulation of frontier characteristic problems in relation to the public policies designed and developed in this region. The research is being conducted in ten municipalities where interviews with different agents who work in this region take place. Despite the violence affecting the whole society, the research has proved that in the region of Grande Dourados there is a specificity marked by the relationship of difference/identity in their multiple connections with the social representations of violence

**Keywords:** Frontier; violence; social representations; Grande Dourados.

## Introdução

As pesquisas sobre criminalidade e violência no Brasil indicam que, apesar das

---

<sup>1</sup> Professor Doutor de Sociologia do Curso de Graduação em Ciências Sociais e Coordenador do Mestrado em Sociologia da UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. [AndreFaisting@ufgd.edu.br](mailto:AndreFaisting@ufgd.edu.br)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Sociologia da UFGD. [wenderciso@gmail.com](mailto:wenderciso@gmail.com)

transformações vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, o controle efetivo da violência está longe de ser alcançado. De acordo com Barreira e Adorno:

Embora a sociedade brasileira venha conhecendo, há pelo menos duas décadas, profundas transformações que incidem sobre sua inserção nos mercados globalizados, sobre suas políticas de controle da inflação e de estabilização monetária, sobre a expansão dos gastos públicos, sobre a estabilidade das instituições e práticas democráticas, além de – tímidos é certo – ganhos na redução das desigualdades sociais, o controle democrático da violência permanece como um dos mais graves desafios às políticas governamentais (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 335).

Os autores lembram que a emergência da criminalidade organizada no Brasil não pode ser descolada das tendências existentes na sociedade contemporânea, em especial a partir da década de 1970, na esfera das mudanças neoliberais que inauguram a chamada era da globalização. Embora estejam se referindo à criminalidade violenta nos centros urbanos, é possível refletir sobre a violência nas fronteiras do Brasil também a partir desse contexto mais amplo. Os próprios autores, ao apontarem a necessidade de novas investigações, indicam a importância da ampliação do conhecimento para outras regiões do país, e argumentam que “no estágio atual é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras” (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 343).

De acordo com o sumário executivo de um diagnóstico nacional sobre a segurança pública nas fronteiras do Brasil<sup>3</sup> financiado pelo Ministério da Justiça e publicado recentemente (NEVES et al., 2016), a circulação de pessoas e mercadorias nas fronteiras representa hoje uma das principais preocupações dos governos de vários países, e dessa forma também tem sido objeto de formulação e aplicação de políticas públicas na área de segurança pública. Contudo, os organizadores do relatório também alertam para o fato de que, com base na experiência de outros países,

evidenciou-se a impossibilidade de controle absoluto e permanente dos fluxos de passagens internacionais, mesmo em pequenas áreas de fronteira. Por essa razão, perde sentido a expectativa de “selar” ou “blindar” as fronteiras entre países (REUTER, 1988; BIGO, 2010). Além disso, foi constatada uma relação direta entre o aumento da fiscalização na fronteira e o aumento da capacidade de burlar a fiscalização, com a consequente adaptação dos fluxos ilegais às iniciativas de controle fiscal e policial (REUTER, 1988). Se em um pequeno espaço de fronteira um controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagine-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo da fronteira brasileira (NEVES et al., 2016, p. 22).

---

3 O projeto “Pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras” foi financiado pelo Ministério da Justiça e coordenado pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa, de âmbito nacional, teve como objetivo realizar um diagnóstico da situação da segurança pública nos municípios da faixa de fronteira de todo o território nacional. Assim, o universo de pesquisa cobriu os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, cujos levantamentos foram realizados com base em dados secundários, em survey numa amostra de 178 municípios, e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios desse universo. Para a pesquisa no Estado de Mato Grosso do Sul foram constituídas duas equipes, uma da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e outra da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os municípios cobertos pela equipe da UFGD, da qual participamos, foram os seguintes: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru, Taquarucú e Vicentina.

Foi dentro desse campo de estudos sobre a violência nas fronteiras, e a partir de nossa participação como pesquisadores no diagnóstico acima mencionado, que estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa para compreender as representações sociais da violência na região Sul de Mato Grosso do Sul, mas especificamente na região conhecida como a Grande Dourados<sup>4</sup>. Importa ressaltar, para os propósitos dessa breve reflexão, que partimos do pressuposto de que a violência, nesse e em outros contextos, não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e dos indicadores quantitativos, por mais importantes que sejam. A violência é, também, o que se representa como violência. Nas palavras de Porto,

Interrogando o componente objetividade, violência seria o que os números e as estatísticas assinalam como tal, fazendo ressaltar o caráter “inegável” da realidade do fenômeno. Por outro lado, pensada de um ponto de vista subjetivo, a definição da violência precisaria considerar, igualmente, o que diferentes indivíduos e sociedades reputam (representam) como violência. Representação que poderia, em última instância, interferir na própria realidade da violência (PORTO, 2010, p. 76).

Nesse sentido, cabe destacar como parte de nossas reflexões o referencial teórico e metodológico da “teoria das representações sociais” no estudo da violência para, em seguida, apresentar alguns dados da faixa de fronteira onde está situada a Comarca de Dourados em termos dos problemas característicos da região, bem como algumas percepções de diferentes agentes sobre crime, violência e, sobretudo, sobre a própria fronteira onde vivem e/ou trabalham.

## **Violência e representações sociais: um recorte teórico**

Para Porto, dos “vários enfoques a partir dos quais o fenômeno da violência têm sido abordado, aquele centrado na análise das representações sociais não tem merecido estatuto privilegiado na sociologia” (PORTO, 2010, p. 67). Assim, embora o conhecimento via representações sociais possa ser entendido como sendo de segundo grau, na medida em que se chega a ele não por meio dos dados brutos da realidade mas a partir dos questionamentos sobre esses dados no sentido do que se pensa sobre eles, no caso da violência o conhecimento via representações torna-se tão importante quanto, na medida em que permite conhecer quais crenças, valores e sentimentos fundamentam, orientam, e muitas vezes tentam mesmo legitimar os atos de violência. Daí a importância em adotar a noção de representações sempre no plural, ou seja, partimos do pressuposto que os blocos de sentidos, crenças e valores, que constituem a matéria-prima das representações sociais, não devem ser compreendidos enquanto blocos homogêneos de percepção e (re)produção de uma dada realidade, mas como estando muitas vezes em conflito e em oposição a outros blocos de sentidos, crenças e valores sobre o mesmo fenômeno.

Para muitos estudiosos das representações sociais, essa noção de representações no plural é atribuída à Moscovici (1989) que, partindo do clássico conceito de representações coletivas de Durkheim, revisitou e sistematizou a noção a partir da psicologia social. Entre outras contribuições, o autor traz para essa noção a possibilidade de considerar a subjetividade

4 Projeto de Pesquisa intitulado “Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na região da Grande Dourados, MS”, aprovado e financiado pelo CNPq por meio do Edital 043/2013, e que cobre os seguintes municípios: Dourados, Maracajú, Rio Brillhante, Caarapó, Itaporã, Fátima do Sul, Deodápolis, Glória de Dourados, Vicentina e Douradina.

dos indivíduos, além da pluralidade das representações numa mesma sociedade. Enquanto Durkheim concebe as representações como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas. Em outras palavras, a ênfase recai não sobre a homogeneidade das representações sociais, que se torna um componente problemático na medida em que não permite contemplar a “fragmentação, a multiplicidade e a pluralidade valorativa das sociedades contemporâneas”. Assim, se a contribuição durkheimiana apresenta limites nesse sentido, Weber continua oferecendo uma das bases fundamentais para essa abordagem. De acordo com Porto (2010),

É no interior da construção teórica de Weber, mais do que em Durkheim, que abordagens analíticas centradas em representações sociais poderiam ser mais confortavelmente inseridas, já que a perspectiva analítica weberiana permite captar os sentidos que os atores (protagonistas ou vítimas de uma dada ação) atribuem a suas representações, sem desconsiderar o sistema (ambiente, contexto, situação, estruturas) nos quais esses atores agem e interagem. Privilegiaria a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado. Ou seja, a subjetividade das representações, tanto quanto a objetividade das práticas, são assumidas como componentes fundamentais das relações sociais (PORTO, 2010, p. 74-75).

Nesses termos, pensar em fenômenos como a violência na contemporaneidade significa, também, pensar o problema da fragmentação e da diversidade. Assim, a diversidade proposta por Moscovici (1989) reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. É essa a concepção que conduz o autor a substituir a noção de representações coletivas pela de representações sociais. Assim, não há como avançar no conhecimento de uma determinada realidade social, no caso a violência, sem que busquemos compreender como essa realidade é percebida e reproduzida pelos diferentes segmentos que a vivenciam. Para Jodelet, outra teórica reconhecida do campo da teoria das representações sociais:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideais, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana [...] Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001, p. 17, apud PORTO, 2010, p. 66).

Destaca-se, assim, a pertinência da explicação sociológica da violência via representações sociais, tanto por parte dos agentes da violência, na medida em que as representações “justificam e orientaram as práticas dos atores sociais”, como por parte daqueles que têm a responsabilidade de propor e aplicar políticas públicas de segurança. Nesse sentido, a explicação e (re)produção dos fatos da violência, tanto pelo senso comum quanto pelos meios de comunicação, se movimentam dentro dessa rede complexa de significações que caracteriza a violência como fenômeno empírico. Para compreender as bases de tais representações, também é ilustrativo o estudo de Caldeira (2000) sobre a segregação espacial na cidade de São Paulo, no qual a autora revela que é nas conversas diárias sobre o fenômeno da violência que normalmente se desenvolve a chamada “fala do crime”.

A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que tem o crime e o medo como tema – é contagiante [...] A fala do crime é também fragmentada e repetitiva. Elas surgem nas mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos [...] Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada [...] A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. Além disso, a fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros –, num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar (CALDEIRA, 2000. p. 27).

Por meio dessa forma de discurso é possível a apreensão de categorias que geram, ao mesmo tempo, formas de conhecimento e “desreconhecimento” que, por sua vez, justificam termos depreciativos utilizados contra determinados grupos e legitimam, com isso, a violência. A fala do crime é composta por categorias rígidas, utilizadas para classificar simbolicamente o mundo.

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Em síntese, para concluir essa breve justificativa teórica e metodológica do uso da noção de representações sociais para compreender o fenômeno da violência, recorreremos novamente a Porto:

Reforça-se, assim, o pressuposto segundo o qual a ação social e representação social são fenômenos solidários: as subjetividades presentes nas representações sociais interferem, direta ou indiretamente, nos processos de organização das ações e relações sociais, ou seja, nos espaços nos quais o social se produz e se reproduz como espaço de interação. Afirma-se a relevância de centrar o foco da compreensão nos indivíduos, sem desconhecer que eles não pairam no ar: movem-se e movem suas práticas sociais em contextos específicos (PORTO, 2010, p. 84).

Esses contextos específicos dos quais fala a autora, em nosso caso podem ser traduzidos como a fronteira propriamente dita, que também pode ser analisada em sua dupla dimensão: ela mesma enquanto representação social e como território onde a violência se manifesta de maneira concreta. Cabe destacar, assim, algumas características da fronteira como espaço de práticas e representações.

## **Violência e fronteira na região da Grande Dourados**

### **Pensando a fronteira entre práticas e representações**

Seguindo a trilha de preocupações de Martins (2008) em seu clássico estudo sobre a coexistência de diferentes formas de trabalho e de vida na fronteira, comungamos com a

ideia de que a fronteira carrega consigo as marcas da degradação do ser humano, ou como sugere o autor no subtítulo de sua obra, trata-se da “degradação do outro nos confins do humano”. Além disso, o autor toma a fronteira como o

lugar privilegiado da observação sociológica e de conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar das histórias. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem MARTINS (2009)

Nesse sentido, para Albuquerque (2010) a fronteira é “o lugar da explicitação de múltiplas diferenças obscurecidas pelas sociedades nacionais e patriarcais pensadas como homogêneas, bem como um espaço de intensos fluxos sociais, hibridismos culturais e configurações de poderes oblíquos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 580).

No livro *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, Taunay (1997) conta que, depois de milhares de quilômetros percorridos, os soldados brasileiros encarregados de invadir o Paraguai pela região sul do então Mato Grosso finalmente avistam a fronteira entre os dois Estados-Nação. O limite entre os dois países era representado pelo rio Apa e suas “matas sombrias”. A diferença do sentido dado à região pelos combatentes brasileiros em decorrência do estado de guerra vigente entre os anos 1864 e 1870 pode ser ilustrado na seguinte passagem:

Foi um momento solene, uma emoção a que ninguém escapou, oficiais e soldados. Ver o aspecto da fronteira que demandávamos representou para todos uma surpresa. Ninguém estivera ali antes. Alguns podiam já tê-lo visto, mas apenas com os olhos de caçador ou de andarilho, para quem o chão é indiferente. A maioria de nós ouvira falar vagamente da fronteira, mas agora ali estava ela à nossa frente, como ponto de encontro de duas nações armadas, como campo de batalha (TAUNAY, 1997, p. xx).

Ao ter seu território invadido, o decadente império do Brasil apela para os inexistentes sentimentos nacionalistas e envia ao Mato Grosso um exército formado em sua maioria por escravos e pobres. A fronteira descrita por Taunay remete efetivamente à primeira noção dada à palavra, constituída por mitos e marcada por histórias de guerra e frentes de batalha. Albuquerque (2010), porém, procura apresentar a fronteira do Brasil com o Paraguai de um modo menos dualista, tendo como horizonte a vivência cotidiana desses atores e utilizando o hibridismo linguístico e a metamorfose de identidades como exemplos.

A região das fronteiras brasiguaias é um espaço social singular, difícil de ser compreendido a partir dos lugares centrais da nação brasileira e paraguaia. As fronteiras dessa experiência migratória são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Dessa forma, há uma disputa e uma confluência de nacionalidades nesse território fronteiriço onde se configuram novas frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração no campo de poder das fronteiras econômicas, políticas, culturais e lingüísticas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 588-589).

Há, contudo, outro aspecto a ser destacado nos estudos sobre a fronteira. No texto “Violencia y Fronteras en Brasil” (ALVARES; BALLESTEROS; SALLA, 2011), os autores argumentam no sentido de que a violência rotineira se apresenta paralelamente à fragilidade das esferas legais. Reconhecem que existem corrupção e violência nos demais estados da federação, mas ressaltam que essas características se apresentam de modo peculiar em boa



parte dos municípios localizados em região de fronteira. Enquanto no século XIX as disputas entre o Brasil e outras nações latino-americanas se resumiam basicamente em interesses por territórios, no século XX a busca pela hegemonia econômica passa a pautar esses conflitos. Junto com o crescimento populacional registrado nos municípios de fronteira, as pesquisas quantitativas apontam para o crescimento da violência representada pelo aumento dos registros de homicídios (ALVARES; BALLESTEROS; SALLA, 2011, p. 192).

Ao apresentarem os primeiros resultados da pesquisa “Violência e Fronteiras” do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Alvarez e Salla (2011) destacam alguns casos que foram manchetes nacionais nos últimos anos. Além dos acontecimentos ocorridos nos estados do Acre, Rondônia e Amapá, também citam acontecimentos em dois municípios que se localizam na mesma faixa de fronteira onde estamos desenvolvendo a pesquisa. O primeiro ocorreu em abril de 2010, em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia gêmea da brasileira Ponta Porã (MS), quando o senador paraguaio Robert Acevedo sofreu um atentado que foi atribuído a traficantes de drogas. O segundo caso, um dos mais emblemáticos em termos de corrupção no meio político local, ocorreu em setembro de 2010 justamente em Dourados. Trata-se da chamada “Operação Uragano” da Polícia Federal, com a qual foram presos 28 pessoas acusadas de envolvimento com fraudes em licitações, corrupção ativa e formação de quadrilha. Essa operação desencadeou um colapso político na cidade, pois foram presos o prefeito e o vice-prefeito, a primeira-dama, quatro secretários e nove dos onze vereadores, incluindo o presidente da Câmara<sup>5</sup>.

Importa destacar que, ao analisar esses e outros eventos, os coordenadores do referido projeto indagaram se o contexto da fronteira não seria de algum modo uma dimensão com algum peso na explicação de tais acontecimentos. Além disso, ressaltam que “o que está em jogo também é o próprio imaginário do Estado moderno, a forma de analisar seu papel e limites diante das transformações da contemporaneidade” (ALVAREZ; SALLA, 2011, p. 4-5).

## Breve caracterização da região da Grande Dourados

A região conhecida como Grande Dourados é composta por aproximadamente 14 municípios, e conta com uma população total estimada em torno de 400 mil habitantes, todos situados dentro dos limites do que se considera como “faixa de fronteira”<sup>6</sup>. No que se refere à economia, a região se destaca como grande produtora de grãos destinados à exportação e fortalecimento do agronegócio. A região também tem sido palco, mais recentemente, da expansão do plantio da cana de açúcar para produção de álcool, com a instalação de várias usinas em diversos municípios, gerando problemas trabalhistas e ambientais (muitas vezes envolvendo os indígenas).

A configuração desse modelo socioeconômico na região não ocorre de modo harmônico, mas é marcada por conflitos sociais e processos de exclusão que não raramente incidem sobre os sistemas de justiça e segurança pública. Exemplo disso é a presença de vários

5 Mais recentemente também foi manchete nacional o caso do assassinato de Jorge Rifaat, conhecido como o “Rei da fronteira”. Executado no dia 15 de junho de 2016, em Pedro Juan Caballero, município paraguaio que faz fronteira com Ponta Porã (MS), Rifaat não resistiu aos disparos de tiros de metralhadora ponto 50, de uso exclusivo das forças armadas.

6 Integram a faixa de fronteira no Brasil os municípios localizadas até 150 km da linha limítrofe com os países vizinhos. A fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul (exceto Chile e Equador) se distribui ao longo de 16.886 km e a sua faixa interna, após ser modificada por diversas Constituições da República, se estende por 150 quilômetros para o interior do território brasileiro. Tal delimitação abrange 588 municípios em 11 Estados Federados. Desses, 122 estão localizados na linha de fronteira, sendo que 28 sedes municipais ali situadas conformam com os entes territoriais vizinhos “cidades gêmeas”. A faixa de fronteira está dividida em três grandes arcos: 1) Arco Norte (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, além da totalidade dos Estados de Roraima e Acre); 2) Arco Central (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); 3) Arco Sul (inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

movimentos sociais que questionam o modelo vigente e reivindicam a execução de políticas públicas de preservação ambiental, respeito à diversidade e inclusão social. Destaca-se, entre esses, os movimentos sociais de luta pela terra. Em Mato Grosso do Sul há aproximadamente 200 assentamentos rurais instalados, o que representa a inserção de mais de 30 mil famílias no campo. Há, também, dezenas de acampamentos rurais com pessoas aguardando para serem incluídas no projeto de reforma agrária. Juntos, assentamentos e acampamentos rurais alimentam as demandas para os movimentos sociais na luta pelo acesso e permanência na terra (MENEGAT; FAISTING, 2011).

Como cidade-polo e estratégica na área de segurança pública, Dourados concentra a grande maioria das instituições de justiça e segurança da região. Por exemplo, apenas em Dourados existem delegacias especializadas como a Delegacia de Defesa da Mulher e a Delegacia da Infância e Juventude, assim como é o único que possui uma Delegacia Especializada nas Operações de Fronteira (Defron), que atua em parceria com as demais forças, especialmente com o Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Conta exclusivamente, ainda, com uma unidade da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal e da Força Nacional. No campo da Justiça conta também, e de forma exclusiva, com duas Varas da Justiça Federal e uma unidade do Ministério Público Federal, com juízes e procuradores que têm competência para atuar nas questões federais, como demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo.

Considerando que se trata de uma região de fronteira, é importante destacar a necessidade em considerar como as questões relacionadas à violência se articulam em torno dos problemas característicos dessa região, por exemplo: a proximidade com o Paraguai e a existência de um mercado informal e de diversas formas de “ilegalismos”, como contrabando e tráfico de drogas e armas; a forte presença indígena e os problemas de “invisibilidade” e conflitos daí advindos; as disputas em torno da posse de terra e a criminalização dos movimentos sociais.

Nesse contexto, há que se destacar a presença, atuação e articulação das forças de controle que atuam diretamente no combate à violência e à criminalidade. No que se refere ao sistema policial, pela sua peculiaridade de região de fronteira, Dourados não se caracteriza apenas pela existência de forças convencionais, mas também pela presença de outras forças, bem como por uma experiência de integração das polícias Civil e Militar: trata-se do Departamento de Operações da Fronteira (DOF), uma experiência de integração entre as duas polícias que, para muitos, constitui a única experiência concreta dessa integração no Brasil<sup>7</sup>. Também há na região uma unidade da Força Nacional, que tem a missão de vigiar a região de fronteira e combater o tráfico, mas tem atuado principalmente nas comunidades indígenas.

Para além dessas diferentes instituições de controle, há que se destacar algumas das políticas públicas propostas nessa área, no sentido de apontar para as “novas formas de gestão das fronteiras”, como sugerem Alvarez e Salla (2011):

Novas formas de gestão política dos espaços fronteiriços têm sido propostas pelo governo federal (em articulação com os governos dos estados) que combinam os elementos de afirmação da soberania e de defesa do território com preocupações específicas relativas à segurança pública – como o tráfico de drogas e de armas, o abigeato, o contrabando etc. A faixa de fronteira, nas duas últimas décadas, tem se

7 O DOF se tornou um departamento apenas em 2009, pois desde 1987, quando foi criado, era apenas um grupo de operações. Recentemente, suas atividades ampliaram-se também para a faixa de fronteira com a Bolívia. Realiza policiamento ostensivo motorizado itinerante na faixa de fronteira do Brasil (MS) com o Paraguai e a Bolívia. Realiza, ainda, eventualmente, policiamento nas divisas de SP e PR. A área de fronteira policiada é de 1.517 Km (zigue-zague), englobando 12 municípios na fronteira e 39 na subfronteira – total de 51 municípios.



tornado, também para o governo federal, uma área de intervenções que se volta para o incentivo ao desenvolvimento local, ao fortalecimento de organizações da sociedade civil etc. dentro de uma perspectiva de integração tanto nacional como internacional (ALVAREZ; SALLA, 2011, p. 14).

Nesses termos, os autores apontam para algumas iniciativas do governo federal que vêm sendo desenvolvidas: criação, em junho de 2011, do “Plano Estratégico de Fronteiras”, que conta com a presença das Forças Armadas; implantação, em 2009, pelo Ministério da Integração Nacional, do Programa de Promoção do Desenvolvimento da faixa de fronteira, a primeira iniciativa de alocação de recursos para o desenvolvimento desse território; adoção, pelo Ministério da Saúde, em 2005, do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), com desdobramentos para a formação de quadros profissionais de saúde para atuação nas fronteiras; criação, em janeiro de 2010, da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), sediada inicialmente em Foz do Iguaçu, mesmo local onde foi criada, em setembro de 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, uma espécie de embrião para um futuro PAC das Fronteiras (ALVAREZ; SALLA, 2011, p. 14-20). Acrescenta-se a essas iniciativas a implantação na região de Dourados, em agosto de 2011, do “Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira” (GGI). Esse órgão foi o terceiro implantado no país e o segundo no Estado; tem como objetivo inibir o crime organizado e é formado pela União, Estado, Prefeitura e pelos países fronteiriços, que atuam em conjunto para operações na fronteira.

Visando ao objetivo de melhor qualificar os indicadores de violência e as taxas de homicídios na região, há que se destacar, ainda, a situação dos povos indígenas. Com efeito, Mato Grosso do Sul tem sido destaque há vários anos como o primeiro no ranking com maior número de homicídios contra indígenas. De acordo com o relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”, que é produzido anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 60 indígenas foram assassinados em 2010, dado que se repetiu pelo 3º ano consecutivo, e Mato Grosso do Sul foi o campeão, com 34 casos, o que representa 56% do total de assassinatos de indígenas no Brasil. Dos 34 casos ocorridos em 2010 no MS, 10 foram em Dourados. Nos últimos anos a situação não melhorou, ou seja, dos 32 assassinatos ocorridos no Estado em 2011, 14 foram em Dourados, e dos 37 ocorridos em 2012, 18 foram em Dourados. O último relatório do CIMI publicado, com dados de 2015, aponta que dos 20 indígenas assassinados em MS, 9 eram de Dourados. Além disso, concentra-se nesse município 38% dos casos de homicídios de indígenas registrados em todo o país, seguido de Amambai, com 27%. No recorte por faixa etária, os dados apontam que 66% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos.

Uma das hipóteses que poderia contribuir para melhor compreender a violência praticada contra os indígenas na região é a de que, além dos conflitos decorrentes da demarcação de terras propriamente dita, a “invisibilidade” social desses povos na região contribui, também, para uma menor sensibilidade em reconhecer a gravidade do problema, tanto por parte da população local quanto pelas autoridades, o que sugere atenção especial também para a importância das representações sociais sobre os indígenas, na medida em que podem contribuir para alimentar, ou pelo menos justificar, as violências físicas e simbólicas praticadas contra essa população.

Algumas percepções sobre violência, segurança e fronteira

Nosso projeto de pesquisa tem como objetivo aprofundar, a partir da pesquisa qualitativa, a compreensão das representações sociais da violência, da segurança pública e da fronteira por parte de agentes que vivem e trabalham em municípios da região da Grande Dourados. Nesse sentido, temos realizado entrevistas com vários profissionais de diversas áreas, desde operadores do Direito (profissionais da justiça e segurança), passando por profissionais da educação, saúde e assistência social, até profissionais que atuam no campo da comunicação e da cultura. Nesse artigo, apresentaremos algumas anotações a partir de entrevistas realizadas com agentes de três dos dez municípios recortados para a pesquisa, quais sejam, Caarapó, Deodápolis e Douradina.

Ao buscarmos explicações para os acontecimentos do cotidiano e exporem suas opiniões, ou quando justificam suas ações com base em valores e crenças, as pessoas recorrem a um acervo de conhecimento para expressar determinadas “visões de mundo, explicando e atribuindo sentido aos fenômenos dos quais se ocupam” (PORTO, 2008, p. 268). Ao ser questionada sobre as vantagens e desvantagens de viver na fronteira, uma de nossas entrevistadas respondeu: “A vantagem é que dá pra comprar muita coisa, dentro do limite que a Receita oferece. A principal desvantagem talvez seja com relação à competição, mas não sei se em Caarapó isso faz tanta diferença. Acho que isso é um problema maior para os empresários de Ponta Porã. [...] A diferença do que é cobrado de imposto acaba muitas vezes prejudicando quem tenta abrir um negócio para competir” (M. L. B., 35 anos, professora do Ensino Fundamental do município de Caarapó).

As relações entre brasileiros e paraguaios podem ser compreendidas por diferentes vieses. Neste estudo, um dos temas abordados nas entrevistas refere-se à circulação de mercadorias entre os dois países. Por meio de algumas respostas podemos perceber, por um lado, um consenso dos entrevistados a respeito das “vantagens” advindas da proximidade entre os países, como destaca outro entrevistado: “não dá para dizer que não é bom morar perto de Ponta Porã. Tem muitos produtos que são vendidos lá mais barato que os produtos daqui” (J. B. S. R., 46 anos, comunicador social do município de Deodápolis).

Por outro lado, são perceptíveis também traços de tensões e disputas, que se expressam muitas vezes por meio de preconceitos e estereótipos. Segundo o mesmo entrevistado acima citado, “as fronteiras hoje estão quase desprotegidas, e qualquer um entra e sai do país sem muito esforço”. O entrevistado chama a atenção para a necessidade de proteção contra os “perigos” que surgem de fora. Porém, as questões que envolvem a circulação de mercadorias e serviços quase nunca são colocadas no debate a partir de aspectos negativos. O que parece negativo para alguns entrevistados é a livre circulação de pessoas, não de mercadorias. Contudo, apesar desse consenso entre os entrevistados a respeito da circulação de mercadorias como uma vantagem, o mesmo não acontece com relação ao tráfico de drogas. Sobre isso a professora entrevistada afirmou:

Nós temos o privilégio de conviver com muita gente boa que são paraguaios ou descendentes. Aprendemos muita coisa, como, por exemplo, a culinária. Mas também tem o lado ruim. Tem gente que sai de lá pra roubar aqui. Infelizmente existem pessoas desonestas em todos os lugares. Não apenas no país vizinho [...] Para mim, tem pessoas que trazem coisas a mais, ou trazem para vender. O que acho que é muito errado é a parte do tráfico e eu, como educadora, tento preparar meus alunos para que não entrem nessa. Muitos acabam sendo usados, cooptados pelo crime organizado que está nessa região. São estes que vão presos carregando drogas ou morrem (M. L. B., 35 anos, professora do Ensino Fundamental em Caarapó).

A reflexão da professora carrega traços de preocupação com o crime organizado, sobretudo por exercer sua profissão em uma escola de periferia. Por isso, fala em “preparar” seus alunos para que no futuro não tenham como única opção o tráfico de drogas e o

“mundo” do crime. Embora exista a linha de “combate às drogas” por meio da educação escolar, as políticas públicas consideradas pelo Estado como as mais importantes são apenas as de monitoramento e fiscalização das rodovias que ligam os municípios de Mato Grosso do Sul à fronteira com o Paraguai.

Sobre a atuação das forças de segurança pública na fronteira, uma das entrevistas que destacamos é a de um policial militar aposentado, que atuou por alguns anos no município de Douradina. Para ele, a fronteira seca tanto com o Paraguai quanto com a Bolívia representa um problema para o estado, e a principal questão apontada se refere à falta de investimento nas forças policiais, argumento que coincide com a da professora entrevistada acima citada, que diz sempre “escutar reclamações sobre a falta de estrutura, falta de equipamento, falta de incentivo”. Para o entrevistado: “É muito difícil proteger a fronteira quando é seca. Mesmo assim os policiais do DOF tem realizado um bom trabalho, impedindo que entrem cargas de drogas em território brasileiro. Mas os investimentos são precários e a gente sabe que uma parte acaba passando” (T. B. F., 66 anos, policial aposentado, Douradina).

Ainda sobre as relações com paraguaios, e também com os indígenas que vivem na região, algumas entrevistas apontam para manifestações no sentido da negação de direitos a esses grupos sociais, como no caso das duas entrevistas que seguem:

Na minha opinião, Mato Grosso do Sul é um Estado com muitos problemas, a começar pela dificuldade com relação à questão indígena. Quem tem que produzir e trabalhar são os que mais sofrem. Não que os índios não estejam sofrendo também, mas eles contam sempre com a ajuda do governo. A violência nessas cidades [da fronteira] envolve muitos lados e muitas versões. Outras regiões do país também são violentas, mas aqui estamos rodeados do que não presta (J. B. S. R., 46 anos, comunicador social, Deodápolis).

Eu não culparia os agentes públicos que atuam na região de fronteira pela violência que tem aparecido em jornais daqui e até dos grandes centros. [...] Os maiores conflitos são para tentar manter a lei. Mas o pessoal sempre tenta dá um jeito de burlar. Acho que é até normal por aqui (L. A. F., 40 anos, assistente social, Caarapó).

Finalmente, um último aspecto que merece destaque, e que também aparece na manifestação da assistente social entrevistada, trata da legitimação de argumentos por meio dos veículos de comunicação de massa. De acordo com o raciocínio da entrevistada, o contexto de violência se expressa nos jornais diariamente. Com base em Porto (2008, p. 214), pode-se afirmar que dificilmente será possível compreender as representações sociais da violência sem relacioná-las às representações carregadas e distribuídas pelas mídias. A informação “transformada em imagens” produz um efeito de dramatização suscetível de suscitar muito diretamente emoções coletivas; as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso. Mais do que o discurso, sem dúvida, elas parecem designar uma realidade indiscutível, mesmo que sejam, igualmente, o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção (CHAMPAGNE, 1993, p. 62 apud PORTO, 2008, p. 214). Assim, a representação seria “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 17 apud PORTO, 2008, 216).

## Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo apresentar uma breve caracterização da região de fronteira na qual se situa a Comarca de Dourados, bem como uma breve reflexão acerca do recorte teórico-metodológico que fundamenta a pesquisa em desenvolvimento sobre

as representações sociais da violência nessa região. No que se refere à pesquisa empírica, destacamos que a mesma se delineou a partir de nossa participação, como pesquisadores, numa pesquisa nacional sobre segurança pública nas fronteiras do Brasil, realizada durante o ano de 2013 e na qual pudemos conhecer um pouco da realidade de 23 municípios dos 44 que estão localizados na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul. Desses, 14 integram a região da Grande Dourados e, para essa nova pesquisa, selecionamos Dourados e mais 09 municípios que estão diretamente associados a ele, na medida em que se utilizam da estrutura dessa cidade não apenas no que se refere à segurança pública e ao sistema de justiça, mas também no que diz respeito a outras áreas, como comércio, saúde e educação.

No que se refere às entrevistas com os agentes que vivem e trabalham na região, podemos destacar alguns discursos que remetem a tipos diferentes de representações em um mesmo espaço, o que indica uma relativa heterogeneidade de interpretações da mesma realidade. Por meio das manifestações dos entrevistados é possível compreender como esses profissionais organizam saberes que explicam o contexto fronteiriço em diferentes aspectos. Assim, a partir dos discursos é possível compreender representações que buscam explicar supostos atrasos em termos econômicos e estruturais de Mato Grosso do Sul por meio de relações com os vizinhos paraguaios e dos conflitos agrários, sobretudo envolvendo os povos indígenas.

Assim, as manifestações remetem também ao papel do Estado na região de fronteira, expressa objetivamente pela atuação das forças de segurança pública nessa região e legitimada por discursos pessoais e institucionais que, por vezes, se confundem. Tal atuação do Estado pode ser colocada em paralelo com os fenômenos cada vez mais intensos de fluxos de pessoas e mercadorias nas faixas de fronteira, como sugerem Alvarez e Salla (2011). Para os autores, “novas formas de governos também estão emergindo e desdenham novos dispositivos de poder na contemporaneidade. Assim, conclui-se que as fronteiras, embora em processo de contínua mudança, não deixam de existir na contemporaneidade, mas ganham nova complexidade” (ALVAREZ; SALLA, 2011, p. 15).

Mesmo com a diversidade de percepções e opiniões, percebe-se uma tendência comum entre o agentes entrevistados no sentido de atribuir a responsabilidade pelos “problemas” da fronteira, em geral, a grupos externos, como os paraguaios e os indígenas. Por conseguinte, também tendem à negação de direitos a esses mesmos grupos sociais, bem como a diferentes concepções dos tipos de “ilegalismos” que ocorrem corriqueiramente na faixa de fronteira. Nesse sentido, representações sociais que buscam explicações por meio da “culpa a terceiros” podem legitimar ações mais incisivas das instituições de segurança no combate a certos tipos de “crimes”, conseqüentemente, a um grupo seletivo de “criminosos”.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. Caderno CRH, São Paulo: Unifesp, v. 23, n. 60, p. 579-590, 2010.

ALVARES, M. C.; BALLESTEROS, P. R.; SALLA, F. Violencia y Fronteras en Brasil. In: CARRIÓN, F.; ESPÍN, J. Relaciones fronterizas: Encuentros y Conflictos. Quito, Equador: Flacso, 2011.

ALVAREZ, M. C.. SALLA, F. Violência e Fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2011, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2011.

BARREIRA, C.; ADORNO, S.. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. S. (Orgs.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Barcarolla, 2010.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: ed. 34, Edusp, 2000.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEGAT, A. S.; FAISTING, A. L. Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Educação: redes de diálogos para o fortalecimento da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 2, jan/jul. 2011.

NEVES, A. J. et al. (Orgs). Segurança Pública nas Fronteiras: sumário executivo. Brasília: Ministério da Justiça, Enafron, 2016.

PORTO, M. S. G. Sociologia da Violência: do conceito às Representações Sociais. Brasília: Francis, 2010.

\_\_\_\_\_. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo Social, São Paulo: USP, v. 21, n. 2., p. 211-233, 2008.

TAUNAY, A. D'E. A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai. Tradução de Sergio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.